

MENSAGEM Nº 29/2020

Maceió, 26 de JUNHO

Asssembleia Legislativa de Alagoas
PROTOCOLO GERAL 935/2020
Data: 21/07/2020 - Horário: 11:46
Legislativo

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 8º da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 633/2018 que *“Dispõe sobre o porte e pagamento de tributos, taxa e multas de veículos automotores, proibindo a apreensão, e dá outras providências”*, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 633/2018, a sua sanção não se apresenta possível uma vez que se reveste de inconstitucionalidade formal.

O *caput* do art. 1º do Projeto de Lei, ao tratar de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres – DPVAT, licenciamento de veículo e apreensão de veículo pela autoridade de trânsito acaba tratando sobre a circulação de veículos, estando assim, em desconformidade com o disposto no art. 22, XI, da Constituição Federal, que preconiza a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.

Ademais, a competência da União para legislar sobre trânsito e transporte já foi exercida em relação à matéria posta nos autos com a publicação da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, precisamente por meio do § 2º do art. 131, e do inciso V do art. 230.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 633/2018, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.


JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual,
NESTA